



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

NÁDSON MAXWELL DA SILVA REINALDO

ANÁLISE DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO
DE CAMPO REDONDO/RN (2001 – 2010)

Natal/RN

2013

NÁDSON MAXWELL DA SILVA REINALDO



**ANÁLISE DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO
DE CAMPO REDONDO/RN (2001 – 2010)**

Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: MSc. Johnatan Rafael Santana de Brito

Natal/RN

2013

ANÁLISE DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE CAMPO REDONDO (2001 – 2010)

Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Banca Examinadora:

Prof. MSc. Johnatan Rafael Santana de Brito

Orientador / DEPEC UFRN

Examinador

Natal/RN

2013

Dedico esta Monografia aos meus pais Maristela e Francisco Reinaldo por acreditarem que um dia o meu sonho se tornaria possível.

A minha linda e amada noiva Deusiane de Oliveira por seu amor e compreensão.

Aos meus irmãos Nilma Lidiane e Nixon Marciel por todo o apoio e dedicação.

Ao meu orientador Johnatan Rafael pela sua dedicação e paciência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente e exclusivamente ao meu Deus, por me conceder saúde, sabedoria e discernimento para a elaboração deste trabalho e principalmente, pela realização deste sonho. Aos meus pais, Francisco Reinaldo da Silva e Maristela da Silva Reinaldo, por todo seu amor, carinho e confiança que sempre dedicaram a mim. A minha amada noiva Deusiane de Oliveira, por todo seu amor e carinho que tem demonstrado por mim ao longo deste percurso. Aos meus irmãos Nilma Lidiane e Nixon Marciel, por toda a compreensão, carinho e companheirismo que me ajudaram a chegar até aqui. Ao meu orientador Johnatan Rafael, por toda sua dedicação e paciência que me ajudou a desenvolver este trabalho. A todos os meus professores do Departamento de Economia da UFRN, que me ajudaram e contribuíram de forma excepcional para a minha formação acadêmica. A todos os meus colegas de graduação, em especial, Diego Costa, Matheus Diniz, Ray Rabelo e Vinícius Vitaliano que sempre estiveram comigo durante estes anos de formação. Compartilhem comigo este momento.

“As pessoas que vencem neste mundo são as que procuram as circunstâncias de que precisam e, quando não as encontram, as criam”.

Bernard Shaw

RESUMO

A apresentação de informações compreensíveis das contas públicas sobre as receitas orçamentárias dos municípios é um fator preponderante para o fortalecimento do exercício do controle social. Uma vez que, pelo entendimento do assunto, os cidadãos podem acompanhar, fiscalizar, analisar e cobrar a eficiência e eficácia na utilização dos recursos públicos. Este trabalho tem por objetivo “analisar e evidenciar a composição e a evolução das receitas orçamentárias do Município de Campo Redondo no período de 2001 a 2010”. O estudo em questão está apoiado pelos aspectos conceituais das receitas públicas e suas transferências intergovernamentais, bem como, nas leis que as regulamentam. Metodologicamente, o trabalho apresenta uma pesquisa do tipo exploratória e bibliográfica, utilizando-se também a pesquisa documental. O método para a investigação econômica teve como base as perspectivas das pesquisas qualitativas e quantitativas, como recortes do método de estudo de caso, utilizando-se de dados do tipo secundário, coletados no site da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Os resultados apontam para uma evolução das receitas orçamentárias e suas segregações mais expressivas, analisadas detalhadamente durante o período pesquisado.

Palavras-Chaves: Transferências Intergovernamentais. Receitas Públicas. Município de Campo Redondo.

ABSTRACT

The presentation of comprehensible public accounts on revenue budgets from the municipalities is a factor of paramount importance for the strengthening of social control application. Through their understanding of the subject, citizens can track, monitor, analyze and charge for their efficiency and effectiveness in their use of public resources. This work aims to "analyze and highlight the composition and evolution of revenue budgets in the Municipality of Campo Redondo in the period from 2001 to 2010." The present study is supported by the conceptual aspects of public revenue and their intergovernmental transferences, as well as the laws that regulate them. Methodologically, this paper presents a literary and exploratory type of survey, and also uses document research. The method of analysis was based on the economic prospects of qualitative and quantitative research, such as case-study data application, and using secondary-type data collected from the National Treasury Secretariat (STN) website. The results point to an evolution of budget revenues and their most expressive exceptions, which were analyzed in detail during the surveyed period.

Key-Words: Intergovernmental Transferences. Public Revenues. Municipality of Campo Redondo.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Composição das Receitas Orçamentárias (2001 a 2008)	33
GRÁFICO 2 - Receitas Correntes do Município de Campo Redondo (2001 a 2010)	34
GRÁFICO 3 – Transferências de Capital do Município de Campo Redondo (2001 a 2010)	35
GRÁFICO 4 – Evolução das Receitas Orçamentárias (2001 a 2010)	35
GRÁFICO 5 – Evolução das Receitas Correntes e Receitas de Capital (2001 a 2010)	37
GRÁFICO 6 – Evolução das Origens de Receitas Correntes (2001 a 2010)	37
GRÁFICO 7 – Evolução das Espécies de Receitas Tributárias (2001 a 2010)	38
GRÁFICO 8 – Evolução das Espécies de Receitas de Contribuições (2001 a 2010).....	39
GRÁFICO 9 – Evolução das Espécies de Receitas Patrimoniais (2001 a 2010) ...	39
GRÁFICO 10 – Evolução das Espécies de Transferências de Capital (2001 a 2010)	40

LISTA DE FIGURA

FIGURA 1 – Classificação econômica das principais receitas municipais	32
---	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Estrutura Tributária – Constituições de 1946, 1967 e 1988.....	22
QUADRO 2 – Segmentação dos recursos do FPM por tipo de município.....	26
QUADRO 3 – População do Município de Campo Redondo, segundo faixa etária e o sexo (2010)	31
QUADRO 4 – Evolução das Receitas Orçamentárias (2001 a 2005)	36
QUADRO 4.1 – Evolução das Receitas Orçamentárias (2005 a 2010)	36

LISTA DE SIGLAS

FPE – Fundo de Participação de Estados

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IPTU – Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana

IR – Imposto de Renda

ISS – Imposto sobre Serviços

ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis

ITR – Imposto Territorial Rural

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

PIB – Produto Interno Bruto

TCU – Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	METODOLOGIA	17
3	ABORDAGENS HISTÓRICAS E TEÓRICAS SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS FISCAIS NO BRASIL.....	20
3.1	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	20
3.2	DESCENTRALIZAÇÃO FISCAL E O SISTEMA DE TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS.....	22
3.2.1	Descentralização Fiscal	22
3.2.2	Sistema de Transferências Intergovernamentais	24
3.3	FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS (FPM).....	26
4	ORÇAMENTO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE CAMPO REDONDO/RN.....	29
4.1	BREVE HISTÓRICO SOBRE O MUNICÍPIO DE CAMPO REDONDO.....	30
4.2	ESTRUTURA DAS RECEITAS MUNICIPAIS	31
4.3.1	Composição das receitas nos exercícios de 2001 a 2010	32
4.3.2	Evolução das Receitas nos exercícios de 2001 a 2010.....	35
5	CONCLUSÕES FINAIS E PROPOSIÇÕES.....	41
5.1	CONCLUSÕES QUANTO AOS OBJETIVOS.....	41
	REFERÊNCIAS	43

1 INTRODUÇÃO

Ainda são poucos os trabalhos que tratam de uma análise mais profunda sobre as receitas orçamentárias dos municípios, em particular aqui no Estado do Rio Grande do Norte. Os poucos trabalhos e estudos sob esta temática das receitas públicas e suas diversas composições referentes aos municípios do nosso Estado, integram parte do acervo acadêmico da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Por isso, existe a necessidade do aprofundamento de pesquisas que analisem essas receitas dos muitos municípios, não só aqui no nosso Estado, mas também, no nosso País.

Os governantes têm se deparado com uma sociedade cada vez mais exigente e consciente de seus direitos. No exercício da cidadania, toda e qualquer pessoa tem o direito de participar no acompanhamento e avaliação dos atos da administração pública. Assim, a transparência passa a ser a palavra de ordem, sendo necessária a apresentação de informações claras e objetivas quanto às operações e prestações de contas do uso dos recursos públicos.

No entanto, a sociedade se confronta com volumosos relatórios apoiados em extensa regulamentação legal, que introduzem peculiaridades terminológicas de extrema complexidade, tornando inviável o entendimento do cidadão. Neste sentido, Silva (1996, p. 319), explica que “tal postura legalista constitui um dos graves problemas na elaboração das prestações de contas por ser inibidora da implantação de um sistema de informações voltado para o atendimento do cidadão comum”.

A Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, conhecida popularmente como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, de modo a disciplinar o uso dos recursos públicos. Com o advento desta Lei, foi ampliada a discussão sobre a transparência, uma vez que esta se inseriu como um de seus princípios.

No ano de 2009, a Lei Complementar nº. 131, de 27 de maio, proporcionou uma melhor base para a LRF, acrescentando dispositivos que determinam que devam ser disponibilizados, em tempo real, informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Apesar disso, os agentes públicos muitas vezes permanecem presos às suas regras formais, e acabam prejudicando a real essência do princípio da transparência. Assim,

demonstram uma falta de preocupação com os interesses e necessidades daqueles que devem ser os maiores interessados: os cidadãos.

Em resumo, a transparência significa não apenas uma mera publicação de contas públicas, mas um conjunto que envolve a participação popular, visando fiscalizar as contas, associados ao interesse dos gestores em tornar acessível o processo de obtenção e aplicação dos recursos.

Para o exercício do controle social, os cidadãos necessitam de instrumentos transparentes que propiciem o entendimento referente aos recursos que disponibiliza para o governo. Deste modo, o cidadão poderá acompanhar, fiscalizar, analisar e cobrar a eficiência e eficácia na utilização de tais recursos.

A receita pública é o conjunto dos recursos que o Estado tem por direito arrecadar, sem a necessidade de restituição futura. Desta forma, a receita pública torna-se fundamental para a manutenção e equilíbrio da sociedade, pois é por meio dela que a administração pública pode realizar os serviços indispensáveis para o atendimento das necessidades sociais.

Após as considerações feitas é relevante abordar este assunto que está ligado à vida de qualquer cidadão: as receitas públicas. Isto porque, conforme mencionado, estas são compostas pelo conjunto de recursos que a sociedade transfere ao Estado, a fim de que este cumpra com todas as obrigações pertinentes ao bem estar social.

As receitas públicas são os meios pecuniários que o Estado dispõe para oportunizar o atendimento dos serviços públicos e programas desenvolvidos pelo governo, que são necessários à manutenção e satisfação da sociedade. Assim, a obtenção desses recursos é indispensável para a execução das políticas públicas, além de ser fundamental para o desenvolvimento e crescimento econômico do país.

A receita pública municipal merece considerável atenção, pois muitos municípios brasileiros apresentam um grau elevado de dependência dos recursos provenientes de transferências da União e dos Estados. Assim, muitas vezes ocorre a acomodação por parte do município, que acaba não desenvolvendo sua receita própria e conseqüentemente põe risco as finanças públicas.

Desta forma, compreender a composição das receitas de um ente público municipal auxilia a tomada de decisões por partes dos gestores, além de favorecer o exercício do controle social esclarecido por parte da população.

A importância do tema se apresenta, ainda, devido à carência de trabalhos técnicos nessa área, uma vez que o campo da despesa tem sido normalmente, a ênfase da administração pública. Desta forma, surge a necessidade de ampliação de estudos sobre as receitas públicas, que provêm os recursos que financiam as ações e serviços públicos.

Diante disso, o presente trabalho pretende verificar a seguinte questão-problema:

Qual a composição e a evolução das receitas orçamentárias do Município de Campo Redondo no período de 2001 a 2010?

O objetivo geral deste trabalho é analisar e evidenciar a composição e a evolução das receitas orçamentárias do Município de Campo Redondo no período de 2001 a 2010. Para tanto cabe cumprir os seguintes passos:

- a) Apresentar os conceitos, a evolução histórica das transferências de recursos no Brasil, evidenciando as receitas públicas dos municípios brasileiros.
- b) Coletar e organizar os dados das pesquisas bibliográficas relativos às receitas orçamentárias do município de Campo Redondo referentes aos anos de 2001 a 2010; e
- c) Evidenciar e expor considerações sobre a composição e a evolução das receitas, conforme os principais grupos classificatórios, nos anos de 2001 a 2010, considerando expressividades e toda a parte teórica embutida no assunto.

A necessidade de informações claras e compreensíveis é um fator preponderante para favorecer o controle social. Desta forma, uma melhor demonstração das contas públicas sobre as receitas orçamentárias dos municípios auxiliam os cidadãos a exercerem sua cidadania, uma vez que, pelo entendimento do assunto, podem participar da fiscalização, exigindo qualidade e transparência a cargo dos gestores.

Assim, a apresentação de um relatório que enfoque as receitas orçamentárias em um horizonte temporal razoável é um instrumento que vem para auxiliar as pessoas e os gestores públicos municipais a tomarem decisões que atendam as necessidades locais do município.

Adicionalmente, tal relatório pode ser replicável, ou seja, passível de aplicação em outros municípios. No entanto, devem ser feitas considerações sobre as peculiaridades socioeconômicas, sendo necessária a adequação referente às necessidades de cada ente.

O estudo se justifica pela importância das diversas transferências intergovernamentais para as receitas dos pequenos municípios do Brasil, no caso, o município de Campo Redondo no Estado do Rio Grande do Norte, que foi tomado como representativo de pesquisa. O estudo também se justifica pela insuficiência de pesquisas sobre esta temática para a referida localidade. Os estudos até agora realizados se concentram na contribuição das transferências intergovernamentais para as receitas dos municípios como região, grupo ou totalidade, não privilegiando, portanto, o objetivo deste trabalho, que é analisar e evidenciar a composição das receitas orçamentárias do município de Campo Redondo no período de 2001 a 2010. Além de tudo que foi exposto, este trabalho tem uma contribuição muito importante para o referido município, no que diz respeito ao conhecimento das autoridades e da população na transparência das receitas apresentadas, a fim de observar de forma mais profunda a composição, e analisá-las à luz das teorias que norteiam este tema.

2 METODOLOGIA

A metodologia compreende as regras estabelecidas para o método científico. Sendo assim, ela é utilizada para se definir quais caminhos serão percorridos para produzir conhecimento científico. A finalidade da atividade científica é a obtenção da verdade, por intermédio da comprovação de hipóteses, que, por sua vez, são pontes entre a observação da realidade e a teoria científica, que explica a realidade. O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança permitem alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros - traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (LAKATOS; MARCONI, 2003).

A metodologia usada na elaboração do atual trabalho baseia-se num modelo misto de pesquisa, ou seja, aquele que incorpora elementos das duas abordagens, qualitativa e quantitativa. Com isso, foram utilizados métodos mistos concomitantes, em que converge ou mistura dados quantitativos e qualitativos para realizar uma análise abrangente do problema de pesquisa. (CRESWELL, 2010)

Assim, de acordo com esse método apresentado, as estratégias de investigação revelam que facilmente, a depender da questão de pesquisa, as propostas de estudo podem empregar métodos quantitativos e qualitativos, ora atribuindo mais peso a um do que a outro, ora iniciando-se com um e concluindo-se com outro. Dessa forma, as etapas do estudo trazendo consigo suas características mais intrínsecas foram divididas da seguinte forma: i) caracterização quanto aos objetivos da pesquisa; ii) análise histórica e teórica da problemática; iii) apresentação e análise dos dados.

i) Caracterização quanto aos objetivos da Pesquisa

Quanto aos fins, uma pesquisa pode ser exploratória, descritiva, explicativa, metodológica, aplicada ou intervencionista (VERGARA, 2000). Nesta perspectiva, quanto aos fins, a presente pesquisa se enquadra, preliminarmente, como descritiva, objetivando descrever o comportamento dos indicadores das receitas orçamentárias no município de Campo Redondo/RN e seu comportamento durante os anos de 2001 a 2010. Na sequência, ainda quanto aos fins, a opção é pela pesquisa explicativa (VERGARA, 2000), pois visa descrever o comportamento dessas receitas e suas possíveis contribuições para os diversos setores do município pesquisado.

ii) Análise Histórica e Teórica da Problemática

O trabalho apresenta um rápido histórico sobre o tema das transferências fiscais e suas origens no Brasil, bem como, uma análise apurada das receitas orçamentárias do município de Campo Redondo/RN, caracterizando-se assim, numa análise descritiva em relação ao tema, por meio de uma investigação obtida através de pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso.

A pesquisa bibliográfica propiciou a sustentação teórica da pesquisa, envolvendo aspectos sobre: as Transferências Fiscais, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), a administração pública gerencial e os conceitos e aspectos da gestão financeira dos recursos no município estudado. A pesquisa documental envolveu o levantamento dos dados, sobre as finanças do município de Campo Redondo/RN, contribuindo para a mensuração do constructo da pesquisa e na composição das variáveis explicativas necessárias à pesquisa empírica proposta. E o estudo de caso, propiciou estudar a fundo as questões financeiras e gerenciais do município de Campo Redondo/RN, trazendo assim, uma análise das receitas orçamentárias nunca feitas antes nesse município.

iii) Apresentação e Análise dos Dados

Os dados utilizados para realização da pesquisa caracteriza-se como secundários, obtidos, por meios de fontes como o FINBRA, que é constituída com base nos dados encaminhados anualmente pelos municípios, possibilitando, assim, consultar as despesas, receitas, ativos e passivos de todos os municípios brasileiros que alimentaram a base de dados. Foram utilizadas também, algumas visitas a sites de órgãos governamentais e não governamentais, que possuem dados oficiais, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), entre outros.

Como forma de facilitar a compreensão, além da introdução, o presente trabalho foi dividido em cinco capítulos, conforme descrito a seguir.

No capítulo introdutório foi apresentada a contextualização, seguido pelo tema e o problema de pesquisa. Logo após, foram evidenciados o objetivo geral e os objetivos específicos a serem alcançados no decorrer do trabalho e também, foram expostas as justificativas do estudo. O segundo capítulo ficou com a metodologia escolhida para alcançar

os objetivos, bem como as limitações da pesquisa. Por fim, foi apresentada a forma de organização do trabalho.

O terceiro capítulo é composto pela fundamentação histórica e teórica, que aborda e concisa assuntos importantes sobre o tema. Assim, neste capítulo é feita uma abordagem sobre a contextualização histórica das transferências fiscais no Brasil. Na sequência, discorre-se sobre a descentralização fiscal e o sistema de transferências intergovernamentais, segregando em conceitos e instrumentos do planejamento estatal. Por fim, são apresentados os conceitos e teorias do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), e seus principais repasses de impostos para os municípios.

No quarto capítulo é abordada uma rápida contextualização teórica do orçamento público, além de um breve relato do Município de Campo Redondo, abordando o histórico e algumas peculiaridades socioeconômicas. É evidenciada a obtenção e organização dos dados coletados, seguindo com a composição e evolução das receitas orçamentárias do Município de Campo Redondo do período de 2001 a 2010.

E por último, no quinto capítulo são apresentadas as considerações finais do estudo, avaliando o alcance dos objetivos (geral e específicos) do trabalho. Em seguida são feitas as sugestões para a elaboração de futuros trabalhos sobre o tema pesquisado. Por fim, é apresentada a listagem das referências utilizadas na elaboração da pesquisa.

3 ABORDAGENS HISTÓRICAS E TEÓRICAS SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS FISCAIS NO BRASIL

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Apesar de experiências iniciais com transferências intergovernamentais no Brasil, que partiram da Constituição de 1946, no qual destinou aos municípios – exceto capitais – cerca de 10% da arrecadação do Imposto de Renda (IR), distribuídos em partes iguais, é só a partir de 1967 com a Reforma Tributária, que institui no Brasil o primeiro sistema articulado de transferências, inserido em um novo modelo tributário. É com a estrutura de impostos implantada com a reforma de 1967, que define ainda hoje, a estrutura básica do sistema tributário nacional.

A Reforma de 1967 trouxe grandes modificações, principalmente em relação aos impostos indiretos sobre a produção e a comercialização. Nesse Campo, houve uma adequada substituição de impostos de caráter acumulativo por outros sobre o valor adicionado, além de serem mantidos os dois principais tributos sobre propriedade - Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU) e Imposto Territorial Rural (ITR), além de promover ainda, a fusão do Imposto Municipal sobre Transmissão de Bens Imóveis Intervivos e o Imposto Estadual sobre Transferências *causa mortis* em um único tributo – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). (GASPARINI, MIRANDA, 2006)

Ainda no ano de 1967, a centralização tributária promovida pelo regime militar tinha por objetivo, entre outros, o de assegurar o apoio político de estados mais pobres e de municípios de menor porte, mediante a aplicação direta de recursos do orçamento federal e a participação garantida nos fundos compensatórios, então criados (REZENDE, 1995). Contudo, a centralização resultante provocou acentuado desequilíbrio vertical, tendo como consequência, a elaboração de um sistema de transferências intergovernamentais, visando compensar a escassez financeira nos níveis inferiores de governo e para redirecionar regionalmente a disponibilidade de verbas públicas.

Foram instituídos o Fundo de Participação de Estados (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) com características redistributivas, cujas fontes de recursos eram a arrecadação federal do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do IR. (GASPARINI, MIRANDA, 2006)

A Constituição de 1988 inaugurou uma nova etapa do federalismo fiscal brasileiro, que ainda não está, todavia, concluída. Nela, as demandas de estados e municípios por descentralização das receitas públicas foram atendidas, mas as dificuldades encontradas para fazer com que a descentralização das receitas fosse acompanhada de uma concomitante descentralização das responsabilidades públicas, em especial no campo das políticas sociais, provocaram desequilíbrios que ainda precisam ser corrigidos. (REZENDE, 1995)

Com isso, algumas mudanças tributárias vindas da própria Constituição, concebida no contexto da redemocratização do país, concentraram-se basicamente na redistribuição da competência tributária, permitindo o aumento da participação das instâncias subnacionais do governo na receita tributária global. A nova Constituição favoreceu, assim, a descentralização tributária ao ampliar a base arrecadatória dos níveis inferiores de governo e ao proporcionar maior participação desses tributos federais. Isso aconteceu tanto por meio da ampliação dos fundos de participação estadual e municipal como pela criação de novos fundos. (GAPARINI, MIRANDA, 2006)

Concomitante a tudo isso, os estados garantiram uma importante ampliação da sua base tributária, com a inclusão dos impostos federais único, como o Imposto Sobre Serviços (ISS) e também o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Por sua vez, os municípios, obtiveram maior participação em alguns impostos, como é o caso do ICMS, que tiveram sua cota-parte ampliada para 25%, além da ampliação dos percentuais repassados ao FPE e FPM. Por todos esses acontecimentos, é relevante salientar, que a participação das transferências nas receitas disponíveis dos estados e municípios teve aumento expressivo, com a Constituição de 1988, em virtude do crescimento dos percentuais de repasse dos dois principais fundos de transferências, FPE e FPM, além da criação de outras transferências.

A seguir, o quadro 1 permite visualizar as principais mudanças na estrutura tributária, definidas a partir das constituições de 1946, 1967 e 1988.

QUADRO 1 - Estrutura Tributária – Constituições de 1946, 1967 e 1988

Entes	Constituição de 1946	Constituição de 1967	Constituição de 1988
União	Imposto sobre Importação (II) Imposto sobre Consumo (IC) Impostos Únicos (IULC, IUEE, IUM) Imposto sobre a Renda (IR) Imposto sobre Transferência ao Exterior (ITE) Imposto sobre Negócios e Economia (INE) Impostos Extraordinários (IE)	Imposto sobre Importação (II) Imposto sobre Exportação (IE) Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) Impostos Únicos (IULC, IUEE, IUM) Imposto sobre Serviços de Comunicação (ISC) Imposto sobre Transportes (IT) Imposto sobre a Renda de Pessoas Físicas e Jurídicas (IRPF e IRPJ) Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) Impostos Extraordinários (IEX) Imposto Territorial Rural (ITR)	Imposto sobre Importação (II) Imposto sobre Exportação (IE) Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) Imposto sobre a Renda de Pessoas Físicas e Jurídicas (IRPF e IRPJ) Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) Imposto Territorial Rural (ITR) Impostos Extraordinários (IEX) Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF)
Estados	Imposto sobre Vendas e Consignações (IVC) Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (<i>Causa Mortis</i>) (ITBI-CM) Imposto sobre Exportação (IE) Imposto sobre Atos Regulados (IAR) Impostos Especiais (IE) Imposto Territorial Rural (ITR)	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM) Imposto sobre a Transferência de Bens Imóveis (ITBI) Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transportes e Comunicação (ICMS) Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (<i>Causa Mortis</i>) (ITBI-CM) Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)
Municípios	Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (Intervivos) (ITBI-IV) Imposto sobre Indústrias e Profissões (IIP) Imposto de Licença (IL) Imposto sobre Diversões Públicas (IDS) Imposto sobre Atos de Economia (IAE)	Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) Imposto sobre Serviços (ISS)	Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) Imposto sobre Serviços (ISS) Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (Intervivos) (ITBI-IV) Imposto sobre Vendas de Combustíveis Líquidos e Gasosos (IVVCL)

Fonte: Cossio (1998).

3.2 DESCENTRALIZAÇÃO FISCAL E O SISTEMA DE TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS

3.2.1 Descentralização Fiscal

A Federação brasileira apresenta um acentuado grau de descentralização, tanto em termos da configuração política e institucional como ao nível dos indicadores tributários e

fiscais. Entende-se por descentralização, a forma de organizar mais descentralizadamente uma federação assentada sobre tão profundas disparidades regionais, mantendo, contudo, a sua articulação, a sua sinergia econômica, social e cultural que é, em última instância, a sua razão de existir. (AFONSO, 1994). Em outras palavras, na perspectiva do federalismo fiscal, a descentralização consiste no aumento relativo das transferências dos recursos arrecadados pela União para os Estados e municípios. Diante disso, os defensores da descentralização reconhecem esse mecanismo como sendo a resposta eficiente para a promoção de bens e serviços públicos de qualidade. (CHALFUN, 2005)

O marco brasileiro quanto à descentralização fiscal e a transferência de recursos se deram com a constituição de 1988, quando houve o fortalecimento do papel do Estado no desenvolvimento e no provimento de infraestrutura, sobretudo quando a União observou, sobre pressão das elites regionais, o alto grau de endividamento e a baixa capacidade de pagamento dos governos subnacionais. (BRITO, 2011). Na realidade, a constituição de 1988 aprofundou a descentralização tanto das receitas quanto dos gastos, garantindo maior autonomia e novas competências tributárias aos governos dos estados e, principalmente, dos municípios. O processo de descentralização pode, assim, apresentar respostas positivas a certos problemas concretos impostos pela necessidade da oferta de bens e serviços públicos, admitindo-se que os governos centrais encontram-se impossibilitados de atender a essas demandas.

No caso da descentralização brasileira houve uma perda de capacidade regulatória da União em um momento de transição econômica, destacado por Afonso (1994), em primeiro lugar, o aumento da participação dos estados e dos municípios tanto nas receitas quanto nos gastos agregados, aliado à capacidade de alguns estados de se financiarem através de seus bancos, problematizou a gestão macroeconômica do Governo Federal nos moldes da tradicional centralização de instrumentos de política econômica. Em segundo lugar, a partir da Constituição de 1988, observamos uma importante elevação das vinculações dos gastos da União, em franco contraste com a expressiva liberdade de aplicação de recursos dos governos subnacionais. A situação atual praticamente inverte as posições relativas de meados da década de 70, durante a centralização federativa sob regime militar, quando a maior parte dos recursos dos estados e municípios eram sujeitos a vinculações. Além disso, como consequência da redução da sua receita e do aumento das vinculações, a União viu-se premiada a diminuir o montante de suas transferências voluntárias, limitando o seu grau de arbitragem

na alocação de recursos. Em terceiro lugar, o processo de privatização desencadeado no começo dos anos 90 afeta mais a capacidade de articulação da União do que a dos estados e dos municípios, devido à importância significativamente maior do setor produtivo estatal para a gestão macroeconômica e política do Governo Federal.

A estrutura do federalismo fiscal brasileiro apresenta como instrumento de coordenação a descentralização fiscal, ou seja, essa teoria atrela as transferências às principais atividades de prestação de serviço tidas como prioridades pelo governo central que são a educação de qualidade, o setor de saúde pública, a criação de uma boa infraestrutura para o município e a segurança dos cidadãos. Com isso, pode-se criar um sentimento de bem-estar na sociedade (BRITO, 2011).

A ideia de descentralização em si deve considerar que os governos subnacionais terão recursos financeiros suficientes, estrutura física adequada, recursos humanos capacitados e participação efetiva desses entes nas decisões das políticas sociais. Dessa forma, estados e municípios realmente constituiriam as instâncias indicadas para a gestão dessas políticas, ou seja, a prestação direta de serviços básicos à população. Para a descentralização obter êxito, há que se pensar em transformar e modernizar os governos subnacionais. Na realidade, se a atribuição de competências e a alocação de recursos encontrarem entes com escassa capacidade técnica e operacional é provável que a eficácia das políticas sociais não melhore, ao contrário, em algumas condições é possível que venha a ser pior.

3.2.2 Sistema de Transferências Intergovernamentais

O Brasil possui um complexo sistema de transferência de recursos entre os entes federados. Em todas as Federações, existem determinados tipos de transferências, com certas características, que cumprem determinadas funções básicas necessárias ao bom funcionamento da federação.

As transferências intergovernamentais surgem, portanto, como sendo uma espécie de variável de ajuste, ou ainda, como um conjunto de medidas de ajuste fiscal, dado problema de sustentação própria de arrecadação de receita pelas menores esferas do governo. Elas são utilizadas com grande intensidade no Brasil, constituindo um elemento central no sistema de relações federativas e um item fundamental de receita para a grande maioria dos governos subnacionais (estados e municípios).

De acordo com Prado (2006), vejamos alguns tipos de transferências:

As *transferências livres* são entregues aos governos subnacionais como recursos a serem livremente dispostos pelo seu processo orçamentário, ou seja, a decisão sobre no que gastar os recursos é exclusiva das sociedades locais, através de seus parlamentos. Já as *transferências condicionadas* não são disponíveis para livre alocação pelo orçamento local, ou seja, os recursos têm que ser necessariamente empregados em setores, funções ou até mesmo em projetos específicos. Essas transferências condicionadas são o único sistema que a Federação dispõe, através do governo federal, para influir e controlar a atuação dos governos subnacionais, nas áreas em que considere necessário. As *transferências legais* têm regras relativas aos montantes de recursos que o governo superior deve transferir para os governos inferiores, determinadas por lei ordinária ou pela Constituição do país, ou seja, elas representam uma maior garantia de financiamento, já que não ficam sujeitas às mudanças ocorridas no processo orçamentário dos governos superiores. Em contrapartida, as *transferências voluntárias* resultam do processo orçamentário dos governos superiores, ano a ano, e não decorrem de qualquer exigência legal, ou seja, é uma ação voluntária do governo superior dedicar uma parte dos recursos de seus orçamentos para serem transferidos aos governos subnacionais.

A nova Constituição Federal caracteriza-se por forte descentralização de receitas, principalmente pela via de transferências, e resultou em forte aumento da participação dos municípios e de diversos estados na receita fiscal total do país. A dependência em relação a transferências federais tem um recorte geográfico bem definido, como exemplo vê que os quinze estados mais dependentes pertencem às regiões Norte e Nordeste, que apresentam indicadores de renda e qualidade de vida bastante inferiores ao Sul e Sudeste do país. Os estados mais dependentes de transferências não só têm base tributária mais restrita, como também são beneficiados por mecanismos de redistribuição regional nos critérios de partilha das transferências que lhe garantem participação maior nos recursos transferidos.

No caso dos governos municipais, a alta dependência de receitas de transferências é generalizada. Apenas os municípios mais populosos exibem receitas tributárias e outras receitas correntes um pouco mais significativas. De acordo com Mendes, Miranda e Cosio (2008), nos municípios com até 50 mil habitantes, que representam 88% do total de governos locais, a dependência em relação às transferências supera 80% da receita total.

A ideia básica que fundamenta as transferências é que o gasto por parte das esferas maiores de governo é menor que sua arrecadação, ao passo que ocorre o contrário com as esferas menores, o que ocasiona uma diferença nas demais federações, que não a brasileira, sendo assim, o papel das transferências no Brasil extrapolam as funções impostas pela própria constituição, fazendo com que sejam fundamentais para complementar as receitas dos municípios brasileiros. (BRITO, 2011).

3.3 FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS (FPM)

O FPM é uma transferência redistributiva, paga pela União a todos os municípios do país, sendo de uso incondicional, obrigatória e sem contrapartida. Trata-se da segunda maior categoria de transferências, perdendo apenas para o repasse do ICMS dos estados para os municípios.

O FPM está previsto no art. 159, I, *b* e *d*, da Constituição Federal. Esses dispositivos determinam que 23,5% da arrecadação, pela União, do IR e IPI sejam destinados ao FPM. Portanto, trata-se, de partilhar a receita de impostos específicos e não a receita da União como um todo. O total de recursos do FPM é segmentado em três partes: 10% são entregues aos municípios que são capitais de estados, 86,4% aos municípios não capitais e 3,6% constituem uma reserva para suplementar a participação dos municípios mais populosos.

QUADRO 2 – Segmentação dos recursos do FPM por tipo de município

PARCELA	PERCENTUAL
I – Capitais de estado	10%
II – Municípios do “interior”, ou seja, não capitais	86,4%
III – Reserva para municípios de grande população	3,6%

Fonte: legislação federal listada no Quadro II – Mendes, Miranda e Cosio (2008).

De acordo com Mendes, Miranda e Cosio (2008), essa divisão decorre de processos de barganhas ocorridos ao longo de toda a existência do FPM, que não cabe aqui relatar, mas sua lógica geral é: a) a parcela I (FPM – Capitais) visa limitar o montante absorvido pelas capitais de estado, consideradas cidades mais desenvolvidas e, portanto, mais capazes de financiar suas próprias despesas; b) a parcela II (FPM – Interior) é dividida de acordo com a população;

c) a parcela III (FPM – Reserva) foi criada para atenuar a desvantagem dos municípios mais populosos, em função de viés existente no cálculo da parcela II.

Vale salientar aqui dois aspectos. Primeiro, o pressuposto básico que orientou o FPM desde sua origem: municípios pequenos teriam, por princípio, menor capacidade de arrecadação, ou seja, quanto maior o município, maior a densidade econômica e, portanto, a base tributária para os dois impostos que a reforma tributária de 1967 reservou aos governos locais, o IPTU e o ISS. Em segundo lugar, o FPM adotava um critério nacional de distribuição; ou seja, tratava todos os municípios do país igualmente, em função exclusivamente de sua população.

O cálculo dos coeficientes de cada município é feito anualmente pelo Tribunal de Contas da União (TCU), podendo, portanto, haver mudanças na participação relativa de cada município em função de sua taxa de crescimento populacional ou de alterações na posição relativa da renda *per capita* do seu estado em relação ao restante do país. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estima a população de cada município e informa o resultado ao TCU. Os municípios podem contestar o valor da estimativa, cabendo ao IBGE acolher ou não tal contestação. O IBGE também informa ao TCU os dados mais recentes disponíveis acerca da renda *per capita* estadual.

A avaliação do impacto redistributivo de uma transferência como o FPM deve verificar não apenas quem recebe os recursos, mas também quem contribui para o Fundo; por exemplo, um município que receba muitos recursos do FPM não necessariamente será um beneficiário líquido do sistema, visto que, os contribuintes que ali residem podem estar contribuindo com elevadas somas de pagamentos de IR e IPI e, ao final, o resultado líquido pode ser negativo. Contudo, uma avaliação dessa natureza também sofre limitações práticas, pois não é possível checar o benefício líquido obtido por cada município, uma vez que a Receita Federal não disponibiliza dados de arrecadação do IR e do IPI por município, ou seja, o máximo de desagregação que se pode obter é a arrecadação por estados (Mendes, Miranda e Cosio, 2008).

É importante frisar, que se, o objetivo do FPM for atrair recursos para os municípios mais pobres, afim de que, eles façam os investimentos necessários à redução da desigualdade regional, também surgirão dificuldades significativas. A superação de desigualdades regionais depende, principalmente, de investimentos em infraestrutura de comunicações e transportes

que sejam capazes de reduzir os custos de ligação das áreas mais atrasadas aos centros consumidores, e que, esse tipo de investimento, não deve ser atribuído aos governos municipais, uma vez que impactam diversas localidades, devendo ficar a cargo do governo federal ou dos governos estaduais. Conclui-se, portanto, que a melhor forma de estimular governos estaduais a investir na redução das desigualdades regionais seria mediante transferências condicionadas ao investimento principalmente em infraestrutura.

Com isso, fica clara a necessidade de se reformular o FPM para melhorar o desempenho dessas transferências, nos quesitos de **redução do hiato fiscal, responsabilidade fiscal, incentivo à gestão eficiente e flexibilidade para absorção de choques**, contudo, é importante conservar suas características positivas, quais sejam: **autonomia subnacional e independência de fatores políticos** (Mendes, Miranda e Cosio, 2008).

4 ORÇAMENTO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE CAMPO REDONDO/RN

Nas sociedades democráticas, o modelo de decisão do setor público, em sua intervenção na economia, tem se materializado nas práticas, conceitos e normas que regem as finanças públicas, destacando-se o orçamento público. Nesse sentido, o orçamento público é percebido como poderoso instrumento capaz de alcançar três grandes objetivos: controle político da arrecadação e dos gastos públicos, intervenção econômica e administração ou gestão pública.

Entendido como imposição de limites sobre a autoridade que tem o poder de arrecadar e gastar recursos arrecadados da sociedade, o controle político pode ser encontrado já na origem do sistema orçamentário da Grã-Bretanha. “O desenvolvimento do orçamento expressa, em parte, o crescimento do controle popular sobre o rei” (BURKHEAD, 1971).

Atualmente, o controle político é exercido pelo Poder Legislativo em dois momentos: na aprovação do orçamento anual e, posteriormente, na análise e aprovação ou não das contas apresentadas pelo Poder Executivo.

Enquanto instrumento de intervenção econômica, o orçamento público ganhou força a partir do keynesianismo, quando “passou a ser sistematicamente utilizado como instrumento da política fiscal do governo, isto é, de sua ação que visava à estabilização ou ampliação dos níveis da atividade econômica”. (GIACOMONI, 2001). Em 1999, GUEDES percebeu a influência dessa força ao afirmar que, “durante a década de cinquenta e a de sessenta, o Orçamento foi apresentado como sendo uma possibilidade única da sociedade poder de fato equacionar o desenvolvimento econômico” (GUEDES, 1999).

Independentemente da teoria econômica dominante, intervencionista ou liberal, as funções alocativas, distributivas e estabilizadoras do Estado são, com maior ou menor intensidade, desempenhadas pelo orçamento público.

O uso do orçamento como instrumento da administração é uma das características do orçamento moderno, que objetiva auxiliar o “Executivo nas várias etapas do processo administrativo: programação, execução e controle” (GIACOMONI, 2001).

Portanto, o orçamento público caracteriza-se por ser multifacetado, ou seja, possui características políticas, jurídicas, contábeis, econômicas e administrativas. Sua conceituação tem variado ao longo do tempo, na medida, que em função do processo histórico específico, cada uma dessas características ganha maior ou menor relevância.

Para os fins desta monografia, o orçamento público foi tomado como instrumento de obtenção de análise das receitas orçamentárias em um dado município do interior do Rio Grande do Norte – Campo Redondo – a partir da compreensão que essas receitas são fundamentais para o desenvolvimento e qualidade de vida da sociedade.

4.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE O MUNICÍPIO DE CAMPO REDONDO

Esta secção propõe inserir a cidade de Campo Redondo no contexto de município do Rio Grande do Norte, viabilizando uma breve contextualização do perfil histórico e socioeconômico, resgatando algumas de suas principais características.

Historicamente, no ano de 1894, tornou-se pública a existência de uma fazenda de gado por nome Campo Redondo, situada na serra do Doutor, na região Trairi. Em 1922, Campo Redondo já tinha uma feira e uma rua com trinta casas, o que lhe dava aparência de povoado. Foi construída no ano de 1935 uma igreja maior e três anos depois Campo Redondo foi elevado à condição de vila, passando a se chamar, oficialmente, Serra do Doutor, no dia 30 de dezembro de 1943. Logo depois voltou ao seu nome original, Campo Redondo. Em 26 de março de 1963, pela Lei nº 2.855, desmembrou-se de Santa Cruz e tornou-se município com o nome atual de Campo Redondo (ARAÚJO, 2013).

Campo Redondo está localizado a cerca de 135 km da capital Natal, e possui uma área de 239 km², sendo um dos municípios que compõe a microrregião da Borborema Potiguar no Estado do Rio Grande do Norte. Segundo dados do IBGE, por volta de 2010, a cidade apresentava uma população de 10.266 habitantes, com uma densidade de 48,03 hab./km², sendo de caráter predominantemente urbano (50,6%).

O quadro 3 mostra a composição por faixa etária e sexo da população residente no município, composta predominantemente, por mulheres compreendidas entre de 15 a 29 anos de idade.

QUADRO 3 – População do município de Campo Redondo, segundo faixa etária e o sexo, 2010.

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
Menor 1	67	83	150
1 a 14	1.243	1.208	2.451
15 a 29	1.387	1.398	2.785
30 a 49	1.324	1.268	2.592
50 a 69	705	788	1.493
Maior que 70	378	417	795
Total	5.104	5.162	10.266

Fonte: IBGE, 2010.

A economia do município está voltada para a Agricultura, onde se concentra na produção principalmente de lavouras de milho e feijão, e também no Comércio, que se realiza aos domingos no centro da cidade, movimentando trabalhadores de outras cidades como Santa Cruz, Currais Novos e Lajes Pintadas. A criação de gado, de ovelhas, cavalos também é de grande importância e muitos agricultores do município passaram a investir nas criações em suas pequenas propriedades rurais. O comércio e os serviços predominantes em Campo Redondo compreendem estabelecimentos comerciais atacadistas e varejistas, como por exemplo, os supermercados, restaurantes, farmácias, serviços autônomos, sem deixar de ressaltar a feira livre, que se realiza durante os finais de semana, contribuindo para a economia do município. Concomitante a isso, parte da renda gerada no município, provém da atividade administrativa, oriunda da existência de Secretarias da Saúde, Educação, Esporte e Lazer, Obras Públicas e com a Prefeitura Municipal.

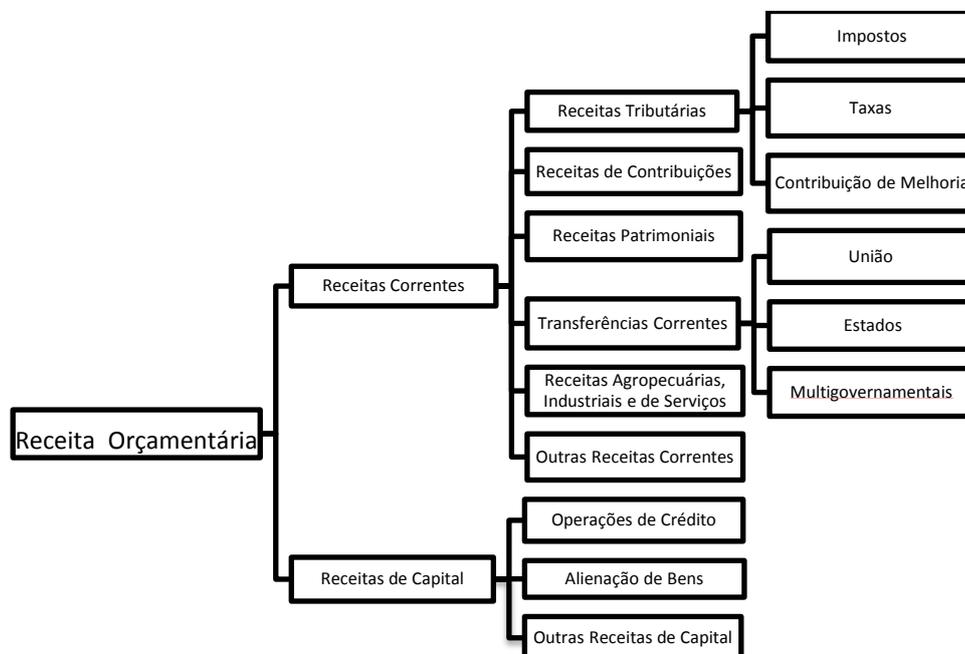
Todos esses aspectos contribuem para o fortalecimento da economia de Campo Redondo, assegurando o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Segundo dados do IBGE (2012), em 2003 o PIB total do município era de aproximadamente R\$ 17.459, saltando para R\$ 42.023 em 2010.

4.2 ESTRUTURA DAS RECEITAS MUNICIPAIS

A Secretaria do Tesouro Nacional define receitas públicas como sendo todos os ingressos de caráter não devolutivo auferidas pelo poder público, em qualquer esfera governamental, para alocação e cobertura das despesas públicas. A Lei nº. 4.320/64, que institui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e

balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, classificou a receita pública orçamentária em duas categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital. Entende-se como receita corrente o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzia a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição Federal. Constituem receitas de capital aquela decorrentes das operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos e transferências de capital da União e dos Estados.

Figura 1: Classificação econômica das principais receitas municipais



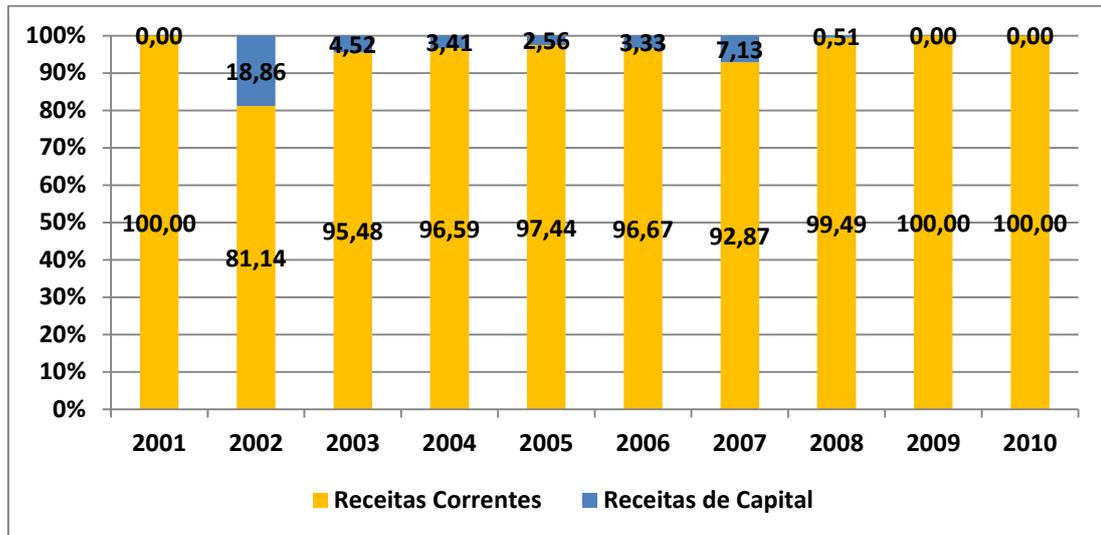
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário.

4.3 ANÁLISE DAS RECEITAS DO MUNICÍPIO

4.3.1 Composição das receitas nos exercícios de 2001 a 2010

a) Composição das receitas conforme as categorias econômicas

Nos exercícios de 2001 a 2010 a composição das receitas orçamentárias do Município foi praticamente proveniente de receitas correntes. A expressividade na arrecadação desta categoria econômica é explicada porque estes recursos são destinados para o atendimento de operações correntes, ou seja, são utilizados para manter o funcionamento normal dos serviços e bens ofertados para a população. O gráfico a seguir evidencia a composição.

Gráfico 1 - Composição das Receitas Orçamentárias de 2001 a 2008

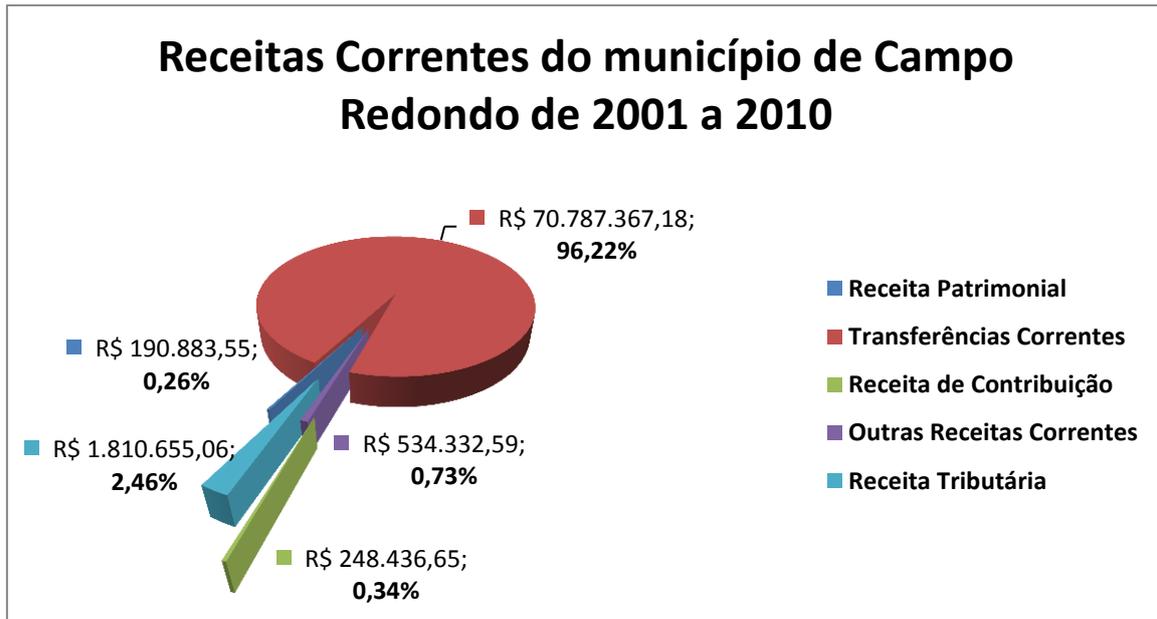
Fonte: Ministério da Fazenda, secretaria do Tesou Nacional, FINBRA, 2010. (Elaboração Própria)

Conforme demonstra o gráfico 1, as receitas de capital no município de Campo Redondo não apresentaram nenhum percentual nos exercícios de 2001, 2009 e 2010. Entretanto, nos exercícios anteriores, principalmente em 2002 as receitas de capital obtiveram 18,86%. As receitas de capital não acrescem valor ao patrimônio público, pois representam apenas, mutações patrimoniais.

b) Composição das receitas de 2001 a 2010

Do total das receitas correntes arrecadadas de 2001 a 2010, praticamente o total foi composto de Transferências Correntes, o que rendeu ao município aproximadamente R\$ 70,79 milhões, correspondente a 96,22% conforme o gráfico 2.

Gráfico 2 - Receitas Correntes do Município de Campo Redondo de 2001 a 2010



Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, FINBRA, 2010. (Elaboração Própria)

De acordo com o Gráfico 2, além das transferências correntes, as receitas tributárias tiveram significativa participação em relação as outras, sendo esta de 2,46%. O montante recebido deste tipo de receita evidencia a dependência orçamentária, uma vez que por acomodação, o município pode não estar desenvolvendo sua receita própria.

Ao prosseguir com a análise do gráfico, percebe-se que as receitas de contribuição, a patrimonial e as outras receitas correntes não chegaram a somar nem 2% do valor total arrecadado de receitas correntes no exercício do período estudado.

As transferências de capital no período de 2001 a 2010 tiveram em sua composição 51,2 milhões relativos às transferências intergovernamentais (recursos transferidos de esferas diferentes do governo) e quase R\$ 182 mil provenientes de transferências de convênios da União e de suas entidades, conforme evidencia o gráfico 3 a seguir.

Gráfico 3 - Transferências de Capital do Município de Campo Redondo de 2001 a 2010

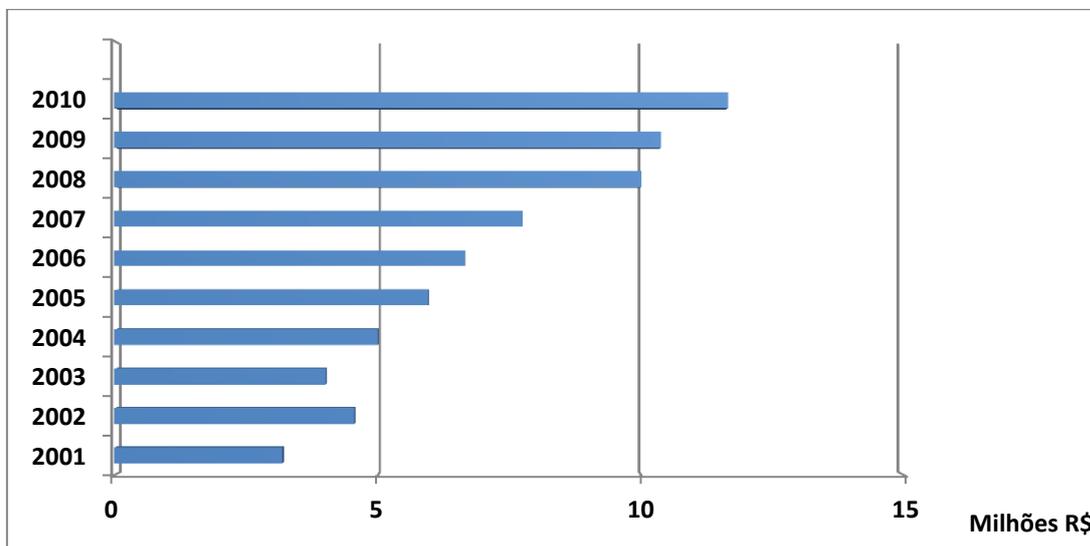


Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, FINBRA, 2010. (Elaboração Própria)

4.3.2 Evolução das Receitas nos exercícios de 2001 a 2010

Ao analisar a evolução das receitas orçamentárias arrecadadas no Município de Campo Redondo entre os períodos de 2001 a 2010, observa-se que há um aumento no transcorrer dos anos. O gráfico a seguir demonstra esta evolução.

Gráfico 4 – Evolução das Receitas Orçamentárias de 2001 a 2010



Fonte:

Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, FINBRA, 2010. (Elaboração Própria)

Conforme evidencia o gráfico 4, em 2001 o Município de Campo Redondo arrecadou em torno de R\$ 3,1 milhões de receitas orçamentárias. Em 2002 a arrecadação chegou próximo aos 4,6 milhões, ou seja, uma variação positiva de 42,96%.

Em 2003, a diferença de arrecadação foi negativa, gerando um percentual de -12,05%. No entanto, no ano seguinte o acréscimo na receita foi de 24,72%. Os Quadros a seguir demonstra as variações.

Quadro 4: Evolução das Receitas Orçamentárias entre 2001 a 2005

Receitas Orçamentárias	2001	2002	2003	2004	2005
Milhões de R\$	3,18	4,55	4,00	4,99	5,95
Variação base ano anterior	-	43,1%	-12,1%	24,7%	19,2%

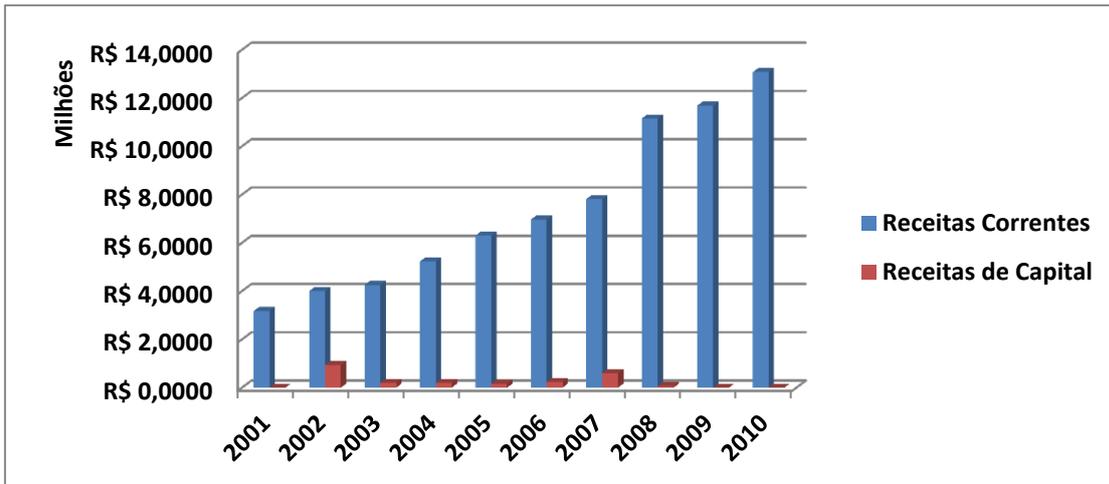
Quadro 4.1: Evolução das Receitas Orçamentárias entre 2006 a 2010

Receitas Orçamentárias	2006	2007	2008	2009	2010
Milhões de R\$	6,65	7,74	10,01	10,38	11,65
Variação base ano anterior	11,7%	16,4%	29,2%	3,7%	12,2%

Nos quadros 4 e 4.1, são apresentadas as variações da Receita Orçamentária em cada ano tendo por base o ano anterior. Como por exemplo: 2008 para 2007 a variação foi positiva em 29,2%, de 2009 para 2008, a variação foi de 3,7% de acréscimo. A tabela ainda apresenta a variação global, comparando o primeiro ano, 2001 com o último, que é 2010. Desta forma, verifica-se que a receita orçamentária evoluiu positivamente em aproximadamente 266%, ou seja, ouve um acréscimo na arrecadação de aproximadamente R\$ 8.46 milhões.

Após constatar a evolução positiva das receitas orçamentárias do Município de Campo Redondo compreendidas entre os anos de 2001 a 2010, cabe examinar quais as receitas que colaboraram para este aumento. Desta forma, o passo seguinte é verificar a evolução das categorias econômicas, conforme apresenta o gráfico seguinte:

Gráfico 5: Evolução das Receitas Correntes e de Capital de 2001 a 2010.

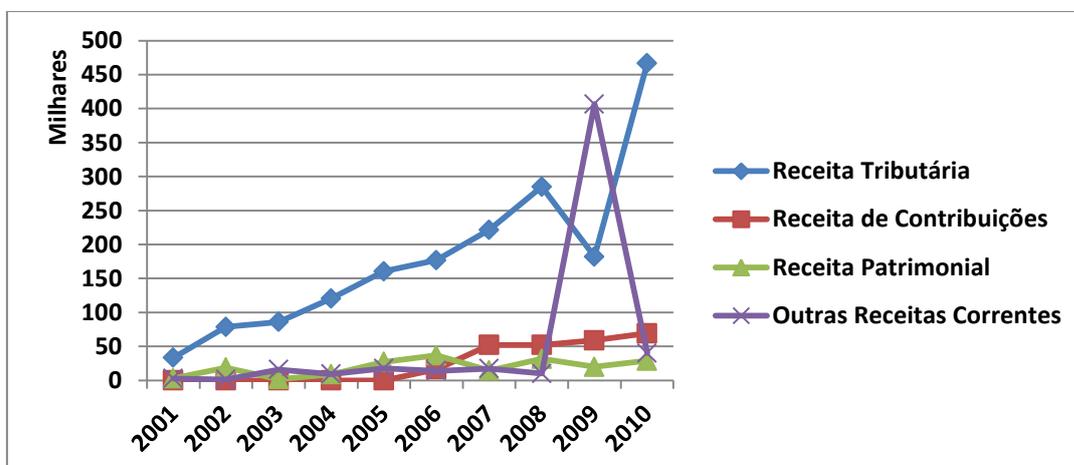


Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, FINBRA, 2010. (Elaboração Própria)

O gráfico 5 confirma visivelmente a representatividade das receitas correntes em relação à composição das receitas orçamentárias, evidenciadas na seção anterior. Deste modo, pode-se concluir que as receitas correntes foram as maiores responsáveis pela evolução positiva das receitas orçamentárias, pois o crescimento aparece de forma gradual e contínua ao longo dos anos. Em contrapartida, as receitas de capital, embora representem um percentual pequeno das receitas orçamentárias, demonstram grandes oscilações.

A próxima etapa é verificar as origens de receitas, uma vez que, a partir do detalhamento chega-se a um resultado mais elucidativo. Desta forma, o gráfico 6 evidencia a evolução das origens de receitas correntes ao longo dos exercícios de 2001 a 2010.

Gráfico 6: Evolução das origens de Receitas Correntes



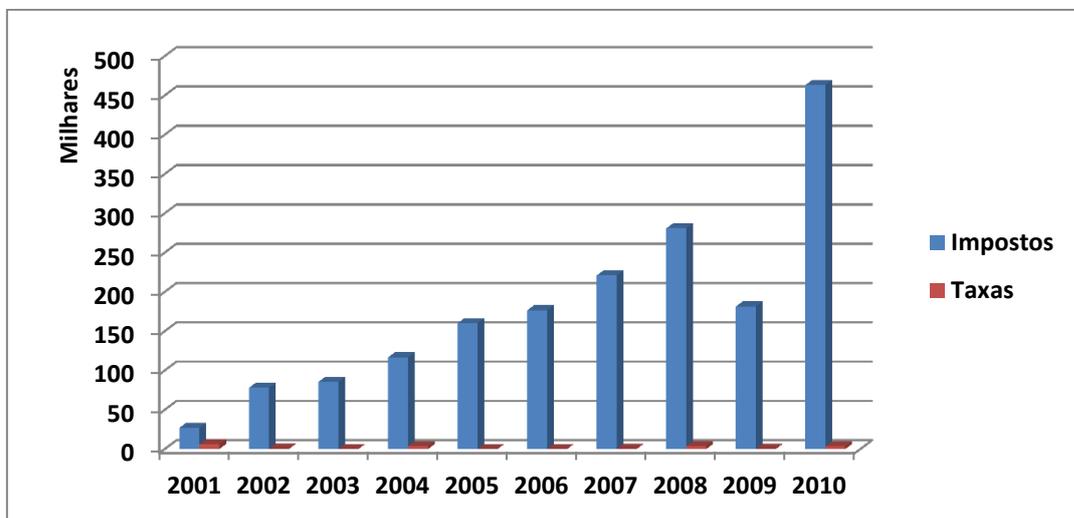
Fonte:

Ministério da Fazenda, secretaria do Tesouro Nacional, FINBRA, 2010. (Elaboração Própria).

O gráfico 6 demonstra que as receitas correntes mantiveram a sua evolução positiva por meio das receitas tributárias, com exceção no ano de 2009, que ocorreu uma queda de 36,16%. Todas as origens de receitas tiveram evolução positiva de 2001 para 2010, tendo maior destaque as receitas tributárias. Algumas receitas, no entanto, apresentaram oscilações ao longo do tempo, como o caso das receitas patrimoniais e outras receitas correntes.

Continuando o nível de detalhamento, cabe apresentar a evolução das espécies de receita. Desta forma, o gráfico seguinte demonstra a evolução das espécies de receitas tributárias:

Gráfico 7: Evolução das espécies das Receitas Tributárias de 2001 a 2010



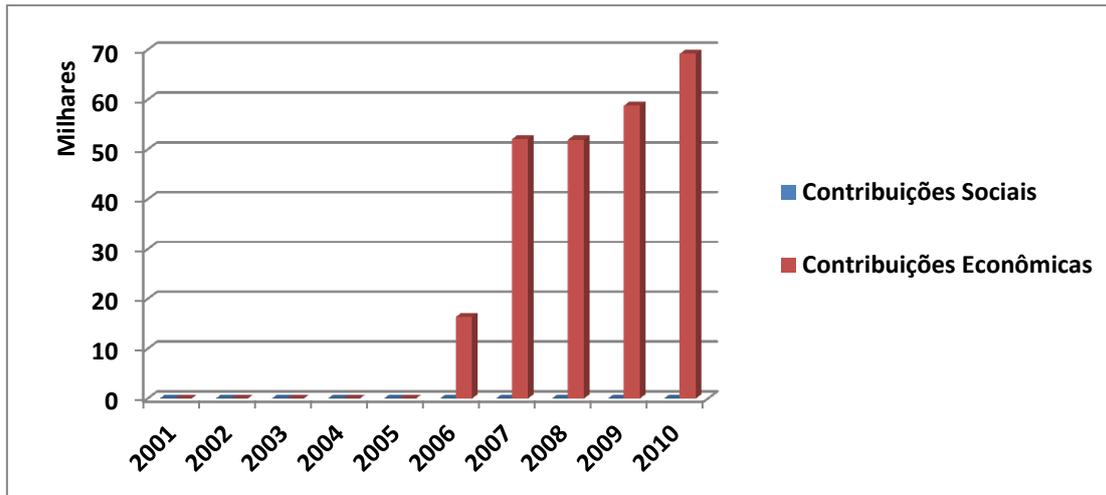
Fonte:

Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, FINBRA, 2010. (Elaboração Própria).

Visivelmente, verifica-se por meio do gráfico 7 uma evolução positiva e gradual dos impostos, exceto em 2009, ano da crise financeira internacional, que fez com que o governo federal reduzisse os impostos para conter seus impactos no crescimento da economia brasileira. Em relação às taxas, houve uma queda considerável entre os exercícios de 2001 e 2002. Posteriormente, este tipo de receita se manteve decrescendo, porém oscilando até o final do período. Deste modo percebe-se, que os impostos foram os maiores responsáveis pela composição da receita tributária do Município de Campo Redondo no período estudado.

A evolução das espécies de receitas de contribuições é evidenciada no gráfico 8 a seguir, por meio do qual é possível visualizar uma grande diferença entre as receitas de contribuições sociais e econômicas.

Gráfico 8: Evolução das espécies de receitas de contribuições de 2001 a 2010.



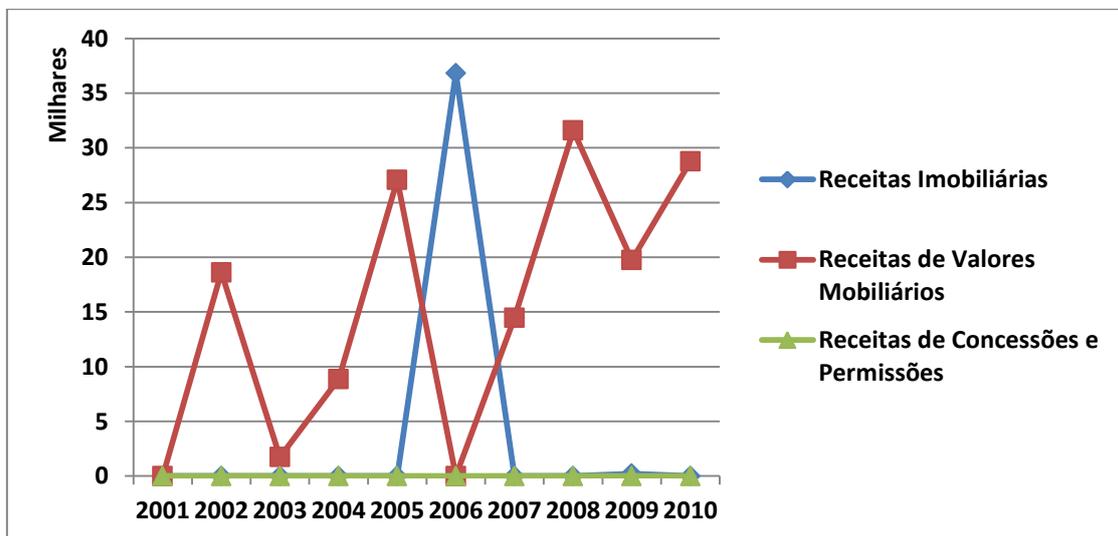
Fonte:

Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, FINBRA, 2010. (Elaboração Própria).

No período estudado não houve arrecadação de contribuições sociais. Por conseguinte, de 2006 a 2010 o Município de Campo Redondo arrecadou aproximadamente de R\$ 250 mil de contribuições econômicas, mantendo-se em crescimento até o final do mesmo período.

O gráfico seguinte evidencia a evolução das espécies de receitas patrimoniais do Município de Campo Redondo entre os exercícios de 2001 a 2010.

Gráfico 9: Evolução das espécies de receitas patrimoniais de 2001 a 2010



Fonte:

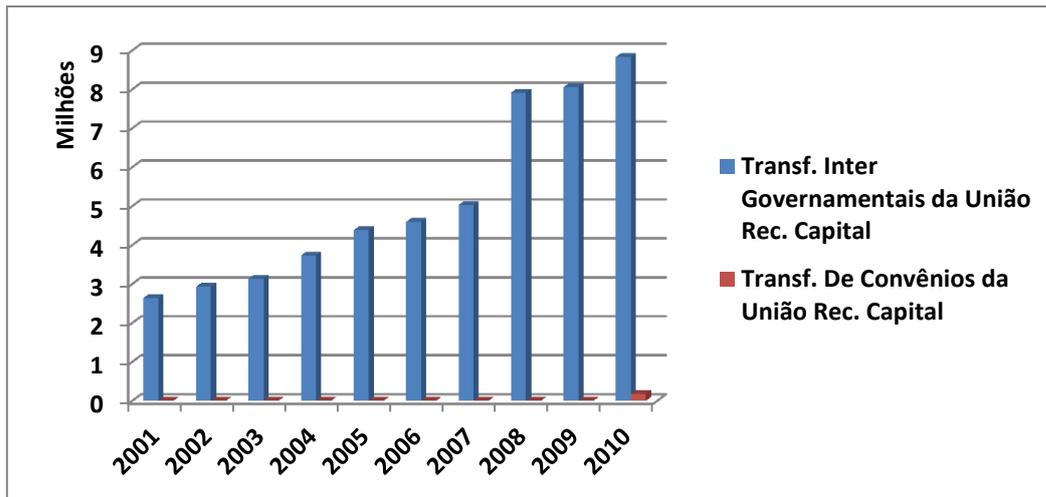
Ministério da Fazenda, secretaria do Tesouro Nacional, FINBRA, 2010. (Elaboração Própria).

O gráfico 9, demonstra que as receitas de valores mobiliários tiveram uma grande oscilação do período de 2001 para 2010, representando assim, uma grande instabilidade, uma vez que, essa oscilação no ano de 2001 e 2006 foi arrecadada. Por conseguinte, as receitas imobiliárias tiveram sua arrecadação mais expressiva no ano de 2006, chegando a somar R\$

36,5 mil. Por último, as receitas de concessões e permissões não foram arrecadadas durante o período em estudo.

No gráfico 10, é evidenciada a evolução das espécies de transferências de capital entre os exercícios de 2011 a 2010 do Município de Campo Redondo:

Gráfico 10: Evolução das espécies de transferências de capital de 2001 a 2010



Fonte:

Ministério da Fazenda, Secretaria do tesouro Nacional, FINBRA, 2010. (Elaboração Própria).

Conforme se pode visualizar no gráfico 10, houve expressivos aumentos na obtenção de transferências intergovernamentais, visto que, em 2010 a arrecadação foi superior a todos os outros exercícios, chegando a aproximadamente R\$ 8,8 milhões. Em contrapartida, as transferências de convênios durante quase todo o período não houve nenhum tipo de arrecadação, no entanto, em 2010, houve uma arrecadação de aproximadamente R\$ 182 mil.

5 CONCLUSÕES FINAIS E PROPOSIÇÕES

5.1 CONCLUSÕES QUANTO AOS OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho, “analisar e evidenciar a composição e evolução das receitas orçamentárias do Município de Campo Redondo no período de 2001 a 2010” foi alcançado. Isto porque foi apresentada e analisada detalhadamente, por ano, a composição e a evolução ocorridas nas receitas orçamentárias e suas segregações mais expressivas, conforme detalhado por meio dos objetivos específicos.

O objetivo específico *a* (apresentar os conceitos, teorias e toda a parte histórica que giram em torno das transferências fiscais no Brasil, que evidenciam as receitas públicas para os municípios brasileiros) foi alcançado, visto que foram apresentados vários aportes históricos e teóricos na perspectiva de vários autores. Ainda no alcance do objetivo *a*, o federalismo e a descentralização fiscal brasileira corroboram para um quadro de dependência que os municípios brasileiros apresentam das transferências de recursos, que faz com que esse arranjo fiscal dê autonomia as decisões de embargar o poder de arrecadação dos municípios que passam a sobreviver dos recursos oriundos dessas transferências, sobretudo do FPM (seção 3).

O objetivo específico *b* (Coletar e organizar todos os dados das pesquisas bibliográficas relativas às receitas orçamentárias do município de Campo Redondo referentes aos anos de 2001 a 2010) foi atingido. Os dados necessários à pesquisa foram coletados, selecionados e tabulados, por meio de tabelas e gráficos devidamente organizados, servindo para facilitar a compreensão e consequentes análises e interpretação das receitas orçamentárias do Município (seção 4).

O objetivo específico *c* (evidenciar e expor considerações sobre a composição e a evolução das receitas, conforme os principais grupos classificatórios, nos anos de 2001 a 2010, considerando expressividades e toda a parte teórica embutida no assunto) também foi alcançado. Na seção 4.3 foram analisados e estudados, pormenorizadamente, os grupos de receitas mais expressivos, sendo que foram apresentados de forma clara e objetiva.

Com base no desenvolvimento do estudo sobre as receitas orçamentárias do Município de Campo Redondo, observou-se que há outros assuntos que podem ser explorados na realização de trabalhos futuros. Desta forma, uma das sugestões é o estudo de outros campos relacionados às contas públicas, tais como despesas, dívidas, orçamentos, entre outros

conteúdos, que, apresentados de forma mais elucidativa, auxiliem os cidadãos e os gestores públicos a tomarem decisões que atendam as necessidades locais do município.

Ainda como sugestão para outros trabalhos recomenda-se fazer um estudo a fim de comparar as receitas orçamentárias do Município de Campo Redondo com as receitas orçamentárias de outros municípios da região ou até mesmo do Estado do Rio Grande do Norte. Devem ser feitas considerações sobre aspectos socioeconômicos, culturais e populacionais, entre outros, que permitam fazer comparações.

Pode-se, também, realizar estudos sobre o processo de partilha das receitas públicas, segregando as receitas de transferências obrigatórias e as receitas de transferências voluntárias. Assim, poderia conhecer e realizar análises quanto à aplicação e vinculação de tais recursos.

Concomitante a isso, ainda como projeto de expansão e sequência deste trabalho, recomenda-se a realização de futuras pesquisas e o desenvolvimento de novas metodologias que focalizem a governança, a transparência e a participação popular nas políticas públicas de forma integrada e possam dar conta da complexidade dos estudos relacionados com as transferências fiscais nos municípios brasileiros.

REFERÊNCIAS

AFONSO, José Roberto Rodrigues. **Descentralização fiscal: revendo ideias**. In Ensaios, FEE, Porto Alegre, Nº 15, p. 353-390, 1994.

ARAÚJO, George. **Campo Redondo/RN, 50 anos de Emancipação Política: Uma narrativa contada por seu próprio povo**. – Natal. Cleudivan Jânio de Araújo, 2013.

BRITO, Johnatan Rafael Santana de. **Efeitos das Transferências Intergovernamentais sobre as Finanças Públicas dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte (2001 - 2010)**. 2011. 144 f. Dissertação (Mestrado) - UFRN, Natal, 2011.

BURKHEAD, Jesse. **Orçamento público**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação, 1971.

CHALFUN, Nelson. **Descentralização Tributária e Fiscal Sob a Visão Econômica do Federalismo**. Campinas: Revista Economia e Sociedade, volume 14, nº 1, páginas 131-158, 2005.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativos, Quantitativo e Misto; Tradução Magda Lopes**. – 3 ed. – Porto Alegre: ARTMED, 296 Páginas, 2010.

COSSIO, F. A. B. **Disparidades econômicas inter-regionais, capacidade de obtenção de recursos tributários, esforço fiscal e gasto no federalismo brasileiro**. [s.l.: s.n.], 1998. (21º Prêmio BNDES de Economia).

GASPARINI, Carlos Eduardo; MIRANDA, Rogério Boueri. **Evolução dos Aspectos Legais e dos Montantes de Transferências Realizadas pelo Fundo de Participação dos Municípios**. Brasília: Ipea, 2006.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo, Atlas, 2001.

GUEDES, Álvaro Martins. **Orçamento Público e descentralização administrativa**. São Paulo, EAESP/FGV, 1999.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 nov. 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. – 5. Ed. – São Paulo: Atlas 2003.

_____. **Lei de Responsabilidade Fiscal**. Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. Lei que estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade de gestão fiscal.

MENDES, Marcos; MIRANDA, Rogério Boueri; COSIO, Fernando Blanco. **Transferências Intergovernamentais no Brasil:: diagnóstico e proposta de reforma**. Disponível em: <www.senado.gov.br/conleg/textos_discussao.htm>. Acesso em: 23 out. 2012.

MINISTÉRIO DA FAZENDA, **Finanças do Brasil**. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional (STN), vários números.

PRADO, Sergio. **Transferências Intergovernamentais na Federação Brasileira**. Fórum Fiscal dos Estados Brasileiros, 2006, Disponível em: http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/cursos_presenciais/Forum_Estados/FFEB_Caderno_n_6.pdf. Acesso em 19 de outubro de 2012.

REZENDE, Fernando. **Federalismo Fiscal no Brasil**. Banco Mundial. 1995, Disponível em: <http://info.worldbank.org/etools/docs/library/229994/Rezende%20Federalismo%20Fiscal%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em 16 de outubro de 2012.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.